



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO
QUADRIÊNIO DE 2013/2017**

ATA NÚMERO OITO

----- ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIMIOSO, REALIZADA NO DIA VINTE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E QUINZE. -----

----- Aos vinte dias do mês de Fevereiro de dois mil e quinze, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Vimioso, conforme ponto 1 do artigo 27º da lei número 75/2013 de 12 de Setembro, com a seguinte ordem de trabalhos.

----- Ponto Um) – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Um Ponto Um) – Apreciação e Votação da ata da sessão de doze de Dezembro de dois mil e catorze. -----

----- Ponto Um Ponto Dois) – Leitura resumida do expediente. -----

----- Ponto um Ponto Três) – Período para intervenções. -----

----- Ponto Dois) – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

----- Ponto Dois Ponto Um) - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal. -----

----- Ponto Dois Ponto Dois) – Apreciação e Votação da Atualização em 2015 de Valores de Taxas e / ou Preços e Licenças – Regulamentos Municipais. -----

----- Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e Votação do Projeto de Regulamento Municipal aplicável às Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) e à Componente de Apoio à Família (CAF). -----

----- Ponto Dois Ponto Quatro) – Outros Assuntos de Interesse para o Município. -----

----- Ponto Três) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA. -----

----- Pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dado início à sessão. O senhor segundo secretário verificou as presenças. Estiveram presentes os

senhores membros da Assembleia Municipal: José Baptista Rodrigues, Jorge dos Santos Rodrigues Fernandes, José António Cerqueira da Costa Moreira, Serafim dos Santos Fernandes João, Carlos Manuel Ataíde Fernandes, Manuel Fernandes Oliveira, José Carlos Vaz Gonçalves, António Emílio Dias, Aníbal Alves do Rosário, José Manuel Granado Afonso, Manuel João Ratão Português, Maria Merência dos Reis Rodrigues Machado, André Fernandes Ramos, Sandra Manuela Carvalho Vila, José António Vara Freire, Luís Manuel Tomé Fernandes, José Manuel Miranda, Sérgio Augusto Pires, António dos Santos João Vaz, Hélder Domingos Ramos Pais, Natalina Neves Pires, Manuel Pascoal Lopes Padrão, José António Ramos Fernandes, Aníbal Augusto João Delgado e José Manuel Alves Ventura. -----

----- Estiveram presentes de acordo com o ponto três do artigo quadragésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, o senhor Presidente da Câmara António Jorge Fidalgo Martins e os senhores Vereadores, António Augusto Torrão Vaz, Licínio Ramos Martins, Heleno da Costa Simões e Adriano Augusto Gonçalves Prada. -----

----- **Ponto Dois) - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Um Ponto Um) – Apreciação e Votação da ata da sessão de doze de Dezembro de dois mil e catorze.** -----

----- Pelo Senhor Presidente da Assembleia foram referidas algumas correções a introduzir na ata. Colocada à votação, foi aprovada por maioria, com uma abstenção da senhora membro Maria Merência dos Reis Rodrigues Machado, que justificou o seu sentido de voto pelo facto de não ter estado presente nessa sessão. -----

----- **Ponto Dois Ponto Dois) – Leitura resumida do expediente.** -----

----- Pelo senhor segundo secretário foi dado conhecimento da correspondência recebida desde a última Assembleia. -----

----- **Ponto Dois Ponto Três) – Período para intervenções.** -----

----- Usou da palavra o senhor membro José Manuel Granado. Disse:” Queria colocar duas questões ao executivo: Primeira, gostava de saber se já foi paga a importância devida pela prestação de serviços efetuada a elementos do júri nos últimos concursos levados a cabo por este município para, admissão de pessoal. Em caso afirmativo, a que rubrica orçamental foram afetadas tais despe-

sas ou, se ainda não foram satisfeitos esses compromissos como pensam vir a efetuar o pagamento desta despesa. Pois, do que me é dado saber, as mesmas ou não foram previstas ou não estão orçamentadas. Estou enganado? Peço esclarecimento. Segunda, queria questionar o executivo se tem algum esclarecimento a prestar a esta Assembleia sobre se já há algum desenvolvimento sobre o diferendo que opõe a empresa municipal à administração tributária.”-----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção, António Santos. Disse:” Não queria deixar passar esta oportunidade, após seis meses de ausência, de me desejar a mim mesmo um bom regresso na vossa companhia. Também, com responsabilidade e seriedade, lembrar a esta Assembleia e ao executivo que hoje se comemora o dia mundial da Justiça Social. É importante que se discuta a justiça social sobretudo no dia em que hoje se fala dela a nível mundial, a propósito de toda a gente reconhecer que regrediu em todos os países quase sem exceção. Ao que parece uma das últimas medidas apelativas e que tem muito mediatismo mundial, foi tomada pelo senhor Barak Obama a propósito da criação do serviço nacional de saúde, saúde para todos porque na América, embora fosse o país mais rico e mais desenvolvido, não havia saúde para todos, porque a saúde tinha de se pagar. Felizmente em Portugal há e continuamos a ter talvez o melhor serviço nacional de saúde da Europa e do mundo, penso eu, e há aqui responsáveis da área da saúde que podem pronunciar-se sobre isso. Mas continuamos a ter um bom serviço nacional de saúde disso ninguém tenha dúvidas. Fala-se agora das urgências, que as pessoas morrem nas urgências, isso sempre aconteceu infelizmente na urgência, na casa, na rua, na cama, sempre se morreu em todo o lado. Mas eu quero dizer a propósito da comemoração do dia mundial da justiça social que regrediu em todo o mundo e que regrediu neste país, porque de facto as medidas tomadas, consequente da invasão do país pela TROIKA “passo a expressão” assim obrigou. Mas também é reconhecido e temos que reconhecer, a verdade seja dita, que no concelho de Vimioso as políticas de justiça social têm progredido em vez de estagnarem ou regredirem. Às vezes aquilo que mais criticamos e hoje aquilo que se põe mais em causa é a desumanização ou a regressão demográfica, porque em Vimioso temos visto que tem morrido muita gente, infelizmente, em Carção muita gente, em Argozelo

nem se fala e, a natalidade praticamente não existe. E, a natalidade que existe acontece precisamente naqueles grupos de pessoas excluídas, e nós, cada vez mais, contribuímos para que se sintam mais excluídos. É tempo de olhar de igual para igual para esses grupos, estou a falar em ciganos, estou a falar em gente marginalizada, estou a falar em gente excluída, em gente pobre, não têm contraceptivos não conhecem métodos anticoncepcionais, e o risco que correm é engravidar as mulheres e terem filhos com alguma regularidade e constituírem famílias numerosas. As políticas sociais passam por apoiar essa gente. O que é certo é que é de louvar e peço ao executivo que continue, não se esqueçam que continua a haver gente sem habitação, continua a haver gente a viver em barracões, sobretudo em Argozelo, e há aqui pessoas que conhecem melhor a realidade do que eu, sem água, sem luz, é tempo de tirar essa gente dessas situações de exclusão e de desabituação. Não falemos só nisto quando somos chamados a falar, executemos as políticas quando devemos ser chamados a executá-las, e essa gente que vive marginalmente em situações desumanas em que, finalmente, ser olhada de igual para igual sem sentimentos de exclusão, e a verdade seja dita. Não estou a tentar corrigir-vos, estou a tentar dizer-vos andem para a frente, continuem a progredir porque estamos em Vimioso no bom caminho. Embora estejamos infelizmente a sentir a desertificação do concelho, não sei se há remédio para isto em Vimioso, em Miranda, em Mogadouro, em Vinhais, Carrazeda, Vila Flor, Freixo não sei se há, porque acontece a desertificação em todo o interior do país, e parece-me que a solução da varinha de condão ainda ninguém a encontrou. Mas, uma vez que esta degradação é imparável, continuem, procurem as situações, ponham a equipa de serviço social da câmara na rua a trabalhar e a confirmar quem vive em situações de exclusão e continuem a apoiar estas situações.” -----

----- Usou da palavra o senhor membro Aníbal do Rosário. Disse:” O senhor Presidente da Câmara, na última sessão, disse-nos para irmos refletindo sobre as sugestões que lhe devíamos trazer para depois, como responsável executivo, poder executar no nosso concelho. Tive a liberdade de, quando andava com os meus animais, ir pensando nestas coisas, ia por aqui e por ali e via que é bom que os caminhos rurais que o tempo vai degradando pouco a pouco sejam limpos. No nosso concelho realmente tem-se feito muita coisa. Mas, agora uma limpezazinha era bom que

fosse feita, ou seja ir avivando esses mesmos caminhos porque vão-se degradando pouco a pouco. Outra coisa que eu refleti e que trago para junto de vós para refletirem também comigo é que acho que o nosso concelho é essencialmente agrícola. O setor primário é essencial e desta realidade não podemos fugir. Há uma riqueza imensa por essas encostas fora e até perdidas que é o caso do sobreiro, há muito sobreiro que nasce naturalmente e se desenvolve às vezes nos matagais mas que depois o fogo vem e dizima tudo. Devia-se precaver estas situações fazendo clareiras de vez em quando. Acho que os bombeiros, que são uma associação muito dinâmica no nosso concelho, poderiam promover ou prevenir os incêndios de verão precisamente no Inverno. Como? Fazendo essas clareiras, limpando esses locais mais críticos, toda a gente conhece, os senhores presidentes de junta estão fartos de saber onde é mais crítico para o incêndio. E isso era bom que se fosse avivando e alertando a associação humanitária, como nós sabemos a câmara municipal tem colaborado muito com eles e alertá-los para fazer determinadas clareiras estratégicas em diversas freguesias e em locais onde essa riqueza poderá desaparecer caso um fósforo seja ativado no verão, e aí ninguém pode lá chegar, porque o fogo no verão é terrível. Penso que a eletricidade devia ser prolongada ao longo da estrada nas freguesias, ou seja alguma coisa já se tem feito, mas os jovens agricultores que quiseram fazer empresas agrícolas deviam sair das localidades por causa da saúde pública, e tendo eletricidade mais próximo da sua exploração, se calhar eles seriam incentivados a sair, ir um quilómetro ou dois e, inclusivamente, numa área se calhar mais liberta de poluições. Parece-me que seria uma medida interessante, assim como continuar o alcatroamento dos caminhos rurais. Eu tenho conhecimento que em Santulhão fez-se seis ou sete quilómetros de alcatrão em caminhos rurais, já vi em Carção também já vi em várias outras localidades, em Argozelo que é por onde ando mais e as pessoas vêm as vantagens que isso tem. O que era quando nós passávamos anteriormente e o que é agora nesses caminhos rurais que o nosso município tão bem já executou. Outra coisa que nós já falamos aqui também anteriormente foi os regadios tradicionais. Recordo-me de garoto que havia regas, havia quilómetros de agueiras, as poças que regavam ali vulgarmente os asseiros das freguesias ou os linhares. Linhares, o nome vem precisamente porque o linho era regado e é um produto de alta qualidade. Hoje fala-se tanto em qualidade e

desapareceu quase das nossas freguesias. Os senhores presidentes de junta deviam alertar onde seria possível efetivamente a câmara municipal atuar. Em Santulhão, que é onde mais conheço, temos ali um local quem vai para Matela que nós chamamos “pereiras” e que há lá imensa água durante o verão só que as canas e os entulhos são muitos, não sei se haverá possibilidades de limpar porque era muito importante, fica ali a quinhentos metros da aldeia e no verão serve para muitas coisas. A recuperação dos açudes dos moinhos, nós falamos aqui há anos nesta Assembleia, até agora queria perguntar qual a situação daqueles moinhos aqui na zona do Angueira que até se falou aqui, aprovamos a possibilidade de um projeto para recuperação hídrica desses moinhos. Recuperava-se o açude e depois os moinhos seriam adaptados. São estas reflexões que trago aqui, fizemos o trabalho de casa, e este trabalho de casa, como professor quando eu marco para os meus alunos, também gosto de o fazer, neste caso não sou aluno, mas membro desta Assembleia”. -----

----- Usou da palavra o senhor membro Jorge Fernandes. Disse:” Antes de mais dar as boas vindas ao senhor membro e atual Presidente da Junta de Freguesia de Carção António Santos. É notório que esta Assembleia sem a tua presença não é a mesma, sejas bem-vindo e cá estamos então para o debate político concelhio. Fico satisfeito em relação às tuas posições porque vejo que o teu discurso nos últimos tempos muda em relação ao passado no que toca ao desempenho do executivo. Recordo-me de algumas tuas intervenções em reuniões partidárias e em tempos de presidente da concelhia do Partido Socialista em posição demissionária. Fico particularmente satisfeito que as coisas estejam a ir no bom caminho no nosso concelho de Vimioso. Em relação aqui ao membro Aníbal do Rosário ainda bem que goza de uma paz de espírito de boas reflexões nas suas caminhadas e na guarda dos seus animais. É um bom ponto de ligação relativamente à última Assembleia Municipal para a que hoje aqui se realiza, é um bom elo de ligação. Mas da questão dos incêndios e do papel que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários tem no concelho, já se falou quando falei daquele exemplo do incêndio que ocorreu entre Carção e Argozelo, disso falamos. Podemos então pegar nisto para apresentarmos as propostas aqui à Assembleia Municipal como nos foi pedido na última Assembleia. Em relação à eletricidade concordo perfeitamente, para qualquer agricultor que queira implementar um investimento, é lógico. Mas,

penso que conhece bem o regulamento municipal em que não é permitido em pleno núcleo urbano de uma localidade instalar um estábulo para vacas, é obvio que tem que ser a construção realizada fora ou em zonas apropriadas que o regulamento permita. Não posso deixar aqui de referir, e está ali o meu ex-colega de vereação que, em tempos nós apresentamos uma proposta, que depois, e bem, foi aprovada em regulamento pelo executivo após a termos apresentado, em que nós defendemos que qualquer investimento que fosse feito no âmbito de uma agro-indústria, (um estábulo), fosse isentado de taxas de licenciamento, isso está no regulamento municipal. A proposta do apoio ao ADS também surgiu no âmbito de algo que nós apresentamos e que nós falamos. Mas, não quero eu com isto ficar com os louros, isso a mim não me interessa para nada, o que interessa é que haja um bem comum no concelho em prol do desenvolvimento, sejam elas apresentadas pelo Partido Socialista e sejam executadas pelos elementos do PSD, o que interessa é o desenvolvimento do concelho. Relativamente a esta questão da eletricidade, porque não a câmara ou porque não o executivo pensar na aprovação de um regulamento de uma proposta muito concreta. À semelhança daquilo que se faz para a natalidade, porque não a câmara aprovar e apoiar um montante financeiro para a ajuda à instalação ou para ajuda às despesas de todo o processo administrativo e todo o processo de consultadoria técnica dos jovens que se queiram instalar no concelho de Vimioso, em montantes a definir, uma vez que o setor primário é o que mais potencial tem. Bem sabemos nós que um jovem agricultor que se queira instalar, se não forem os pais a ajudar, se não tiver possibilidades de ir à banca, terá grandes dificuldades em executar o seu investimento. Mas também sabemos que há um prémio de instalação que lhe é pago à partida após assinatura do contrato e isso é uma alavanca forte para a instalação do seu projeto. No entanto, também já sabemos que neste momento o prémio de instalação cai para metade, para cinquenta por cento do que era no passado. Apesar das majorações, em função do investimento, nem sequer conseguirão trinta mil euros, só conseguirão o máximo que se conseguia até aqui, se fizerem um investimento de cento e quarenta mil euros e, para fazer um investimento de cento e quarenta mil euros é preciso investir bastante. Porque não a câmara preparar um regulamento de apoio a estas iniciativas, um pequeno apoio, não sei, penso que a câmara o senhor Presidente da Câmara em con-

junto com os seus técnicos com o seu gabinete florestal da parte agrícola e gabinete jurídico, penso que será exequível. Há câmaras que apoiam neste tipo de iniciativas, um pequeno montante seja ele do valor que for. Há semelhança daquilo que acontece com a natalidade, qualquer jovem empresário que se queira instalar no concelho nesta área ou noutras deve ter o direito também de beneficiar de um prémio porque vai criar riqueza, vai criar investimento e vai contribuir para, no futuro, canalizar alguns impostos para a câmara, que a câmara terá retorno com esses investimentos a médio e longo prazo. Em relação aos caminhos, isso a câmara faz diariamente, isso é feito em todo o lado, nós que andamos por o concelho sabemos que a câmara investe. Fico particularmente satisfeito quando passo em Algosó e vejo as máquinas da câmara a abrir ali uma grande charca, num terreno que pelos vistos é da Santa casa da Misericórdia, uma obra excelente. Podia falar aqui de outras medidas, mas estamos aqui não sei quantos, se cada um apresentar uma medida estou certo que no final deste processo a câmara irá escolher algumas para implementar”.

----- Usou da palavra o senhor membro José Freire. Disse:” Antes de mais começo por dar as boas vindas ao meu amigo António Santos, é com alguma alegria que o vejo aqui novamente e subscrevo as palavras dele assim como do meu amigo Aníbal e do Jorge porque realmente estamos preocupados com o concelho. Quero salientar aqui uma coisa que também me toca muito que foi o que disse aqui o Toni, esta exclusão social que existe e, muito bem, a câmara tenta recuperar ou lavar a face, neste caso do governo que tem algumas responsabilidades nisso. Há uma coisa que eu não aceito, é tentar beneficiar as pessoas excluídas da sociedade para retirar a dignidade e é isso que este governo está a fazer. Primeiro retira-nos todos os benefícios sociais, retira-nos tudo e depois manda-nos a pedir esmola às câmaras, que também têm feito e têm respondido de uma forma correta. Mas isso é provocado por uma força política que está a gerir o país, e ao fazer isso retira a dignidade às pessoas. Nós, cada vez mais, sentimos e eu falo como funcionário desta câmara, colegas nossos continuam a ganhar quinhentos euros há doze ou quinze anos que trabalham na câmara. Isto não é dignificante nem para o município, embora não tenha culpa, é o poder central que tem culpa, e passa a imagem de que os funcionários da câmara são malandros que estão muito bem na vida e ganham muito, mas não é verdade. E hoje há um problema que nós temos

que começar a contar com ele, é que hoje temos colegas a trabalhar aqui nos quais eu me incluo também, já começamos a ser pobres porque já não conseguimos viver com o que ganhamos, e depois temos de andar sempre na mão de quem tem algum dinheiro para nos poder dar a esmola. É esta política social que eu combato. Nós temos que exigir aquilo a que realmente temos direito, trabalhamos devemos ter algum poder económico para fazer face nas nossas vidas às nossas despesas, e com esta política nacional que se tem vivido não conseguimos. Toda esta política social a quem competia de direito era ao governo que é para isso que fazemos os nossos descontos. Porque hoje, na saúde temos de pagar tudo, no ensino, tenho duas miúdas a estudar todos os dias querem dinheiro para pagar na escola uma fotocópia, não dão nada, é uma realidade depois andamos aqui de uma forma sub-reptícia a criar a ilusão de que temos tudo e que temos condições, não é verdade. Também queria reforçar aqui e como já disse na última intervenção da Assembleia que o setor primário é sem dúvida o setor que pode impulsionar o desenvolvimento do nosso concelho. Comungo das palavras que foram ditas aqui pelos membros que falaram antes, e mais uma vez deixo aqui esta questão do apoio aos jovens agricultores e aos mais velhos também, acho que é de pensar criar uma estrutura na câmara para que faça esse apoio. Não é para estar contra as que já existem, mas eu cada vez que ocupo algumas pessoas para me fazer isso, pagar é lógico, mas depois também vou ser compensado por fazer isso. Mas, acho que uma estrutura bem pensada para ver o futuro e acompanhar aqui quais eram as energias que o setor primário podia desenvolver, é muito importante para o desenvolvimento do concelho e lanço aqui o repto à câmara, e sei que a câmara está sensível a isso, criar uma estrutura que nos encaminhe, nos diga qual será a melhor maneira de nós avançarmos com este setor que eu considero o mais importante para o desenvolvimento do nosso concelho e do nosso futuro". ----- Para responder às questões colocadas pelo membro José Granado, usou da palavra o senhor Vice-Presidente. Disse:" Relativamente à primeira questão, quanto ao procedimento concursal, como é do conhecimento de todos, foi apresentado e aprovado nesta Assembleia Municipal a abertura dum procedimento concursal. Esse procedimento concursal, como é referido nos documentos enviados, exigia a consulta a uma entidade externa privada. Um dos elementos do júri era no caso concreto uma entidade externa

privada, é este o conceito que a lei utiliza para o efeito. O pagamento a esta entidade privada está também previsto na lei com as chamadas senhas de presença. No final, depois em concreto, indico-lhe a legislação que faz referência ao pagamento às entidades externas privadas quando participam como membros do júri em procedimentos concursais. Findo o procedimento veio a entidade externa privada apresentar nota de honorários que nos suscitou dúvidas em função desta norma legal que determina o pagamento de senhas de presença. Em resultado da apresentação da nota de honorários solicitamos quer à Associação Nacional de Municípios quer à CCDR-n pareceres, para que nos informassem da legalidade do pagamento dessa nota de honorários. Ambos os pareceres fazem referência à tal norma que referi sobre o pagamento em senhas, abono em senhas de presença pelo que não procedemos ao pagamento dessa nota de honorários e continuamos a aguardar que nos digam qual é o valor da senha de presença para proceder ao pagamento pelos serviços prestados pela entidade externa que participou como elemento do júri no procedimento concursal. Para esclarecimento mais objetivo se não resultou da minha explicação depois documentalmente poderemos documentar aquilo que acabei de dizer. Relativamente à Empresa Municipal a evolução de todo o processo da Autoridade Tributária tem sido discutido, tem sido apresentado nesta Assembleia, sendo que a última vez que o assunto Empresa Municipal veio a esta Assembleia foi referido que decorria na Autoridade Tributária Aduaneira um processo de inspeção em consequência das liquidações do IVA. Foi referido que foi apresentada uma impugnação oficiosa, não sei se este é o conceito correto, e em resultado de todos os procedimentos que a Empresa Municipal fez para obter o procedimento que julgávamos adequado ao deferimento da nossa pretensão. De facto já recebemos resposta da Autoridade Tributária Aduaneira em que deu parcialmente razão à Empresa Municipal e termina dizendo que a própria Autoridade Tributária irá proceder à liquidação oficiosa para devolver à Empresa os valores apurados em resultado dessa liquidação oficiosa. Informalmente temos uma ideia do valor em causa, irá ser devolvido, obviamente que, sendo apenas uma informação informal não será de todo adequado revelá-la mas irão ser transferidos para a conta da Empresa Municipal os valores resultantes do apuramento oficioso. Também, informalmente, sabemos que será depois a própria Inspeção Geral das Finanças a determinar

se a Empresa Municipal deve ou não ser dissolvida. Penso ter prestado os esclarecimentos necessários quanto a estas duas questões”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Passo então a responder às questões que foram colocadas e agradecer os contributos que foram aqui dados pelos senhores membros desta Assembleia. Relativamente ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção António Santos, de facto sublinhar o dia mundial da justiça social, e é verdade que nós Câmara Municipal, e também é verdade que em função daquilo que disse o senhor membro José Freire devido às repercussões que este período de crise e de intervenção externa teve no país que se repercutiram na vida das pessoas. Mas, digo sempre que nós também somos Estado a Câmara Municipal também é Estado e é o Estado que está mais próximo das populações e portanto procuramos, na medida do possível, sendo que é sempre impossível atingir o ideal, praticar essa justiça social socorrendo aqueles que mais precisam. Sabem dos vários regulamentos e apoios que temos, e que foi aprovado nesta Assembleia Municipal ainda no anterior mandato para acorrer a situações mais prementes. Há famílias pobres, há famílias mais excluídas, mas referiu aqui que há famílias sem água e sem luz, eu penso que sem água não, só se não a solicitaram e todo o conhecimento que tenham transmitam-nos, sem luz também desconheço. Mas a Câmara nessas situações estará atenta a todas aquelas que nos forem reportadas e que tivermos conhecimento no sentido de que aqueles bens essenciais mínimos à dignidade das pessoas possa estar assegurada. Eu recordo que continuamos com política, que veio inicialmente de um protocolo com a Segurança Social, do conforto habitacional, e continuamos, em casos específicos bem documentados e aferidos, a fazer intervenções nas habitações daquelas famílias que têm algumas dificuldades. Obviamente, vamos continuar muito atentos a essas questões sociais estando sempre a colaborar com as instituições, com o agrupamento de escolas, com todos aqueles que nos vão reportando. Relativamente aos contributos que eu solicitei, e agradeço que os tenham trazido, já chegamos à conclusão que muitas das matérias já aqui foram discutidas. Isto só revela da dificuldade de apresentar outro tipo de propostas, isto não é uma crítica, nós também temos essa dificuldade. Verifico que, sem crítica, as propostas são sempre no sentido de a câmara dar mais, dar mais apoios. Nós já damos muitos

apoios, este ano reforçamos o apoio ao ADS. Fui contatado no sentido de, este ano para manter os trinta por cento de apoio à sanidade animal dos agricultores, vamos ter que reforçar para manter estes trinta por cento. Transmiti ao senhor Adriano Canguero do ADS para contar com a ajuda da Câmara Municipal. Mas já agora quero-lhes dizer que há dias, por falar em justiça social levantaram-me esta questão: então vocês estão a apoiar agricultores, que até têm bom rendimento, na sanidade animal, esses agricultores precisarão todos? Respondi que é uma política geral, nós apoiamos o ADS, vejam os problemas que isto pode levantar. Ainda bem que há agricultores que têm potencial, que têm explorações dinâmicas e sustentáveis economicamente, mas tanto estamos apoiar os mais pequenos com dificuldade como os maiores e se calhar proporcionalmente estamos a apoiar os maiores. Ainda bem que o fazemos, vejam as questões que a equidade do apoio levantam. Temos aqui sempre uma “defesa” nós não estamos a apoiar os agricultores estamos a apoiar o ADS, porque nós não podemos apoiar ninguém individualmente. Quanto à questão dos caminhos rurais, limpá-los, temos andado a fazê-lo, não podemos fazê-lo em todo o lado ao mesmo tempo. De facto, estamos a concluir uma charca em Algosó que já estava programada há um ano e meio ou dois, só agora é que foi possível fazer a charca, oxalá que ela possa ficar com água, é esse o objetivo. Temos andado, como bem referiu o senhor membro Jorge Fernandes, a arranjar caminhos por todo o concelho. Obviamente que o concelho é grande a área como sabem é enorme, quatrocentos e oitenta e dois quilómetros quadrados, o que significa que não podemos acorrer a todos os sítios ao mesmo tempo. E a verdade é que anda menos gente pelo termo, pelos campos, andam de trator ou de carrinhas, donde eles próprios também não vão limpando. Quanto à questão das queimadas que o membro Aníbal do Rosário levantou, quero-lhes dizer que nós temos feito essas queimadas que são feitas agora nesta altura, inclusivamente o nosso técnico florestal, sobre a responsabilidade da Câmara Municipal, fez o curso de técnico de fogo controlado. O nosso técnico florestal está habilitado, está preparado porque uma queimada dessas tem de ser acompanhada por um técnico de fogo controlado. Temos feito algumas e temos sempre dificuldade porque o mato não arde no Inverno, as estevas não ardem, é difícil, e eu já aqui uma vez disse que estávamos a fazer uma queimada em Vale de Algosó, e é evidente que numa queimada des-

tas se calhar ardeu lá uma azinheirazita uma coisa pequena, vieram os do SEPNA mandaram logo parar com a queimada. Há uma excelente colaboração com os bombeiros, e essas queimadas são todas elas programadas. Podem dizer às pessoas, transmitirem esta informação, que podem vir solicitar a queimada à Câmara Municipal, e nós vamos lá, vão os bombeiros vai o nosso técnico florestal e é feita essa queimada como já foram realizadas algumas. Estamos disponíveis, temos esse serviço disponível. O senhor Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros já me sugeriu, há algum tempo, verificar no novo quadro comunitário a possibilidade de fazer novas candidaturas para comprar mais maquinaria no sentido dessa prevenção, até porque eles têm lá alguns elementos que têm épocas mais mortas e podiam perfeitamente conduzir essas máquinas e limpar ainda mais do que aquilo que temos feito. Quanto à questão de alargarmos a rede elétrica para fora da zona urbana no sentido de outros jovens agricultores aí se instalarem, temos que ver o que é que se começa primeiro. Corremos o risco de alargar e depois não se instalar lá ninguém e gastamos ali muito dinheiro. Quando alguém se quer instalar tem que meter o projeto na Câmara Municipal. Nós não podemos apoiar individualmente nenhuma pessoa, a não ser que haja um regulamento próprio. Já disse aqui que o atual quadro comunitário não prevê a eletrificação rural, até agora do que eu sei, oxalá que seja ao contrário, não prevê eletrificação rural. E também já disse aqui numa Assembleia que já conversei com o Centro de Gestão Agrícola e com a Cooperativa Mirandesa no sentido de serem eles próprios a apoiarem os agricultores, isto é, quando um agricultor faz uma candidatura ele pode imputar nessa candidatura esses custos da eletrificação à exploração. O que eu disse ao Centro de Gestão Agrícola, porque é um compromisso nosso, e disse à Mirandesa foi: na feitura desses projetos a comparticipação que o investidor tiver que fazer na parte elétrica, a comparticipação dele, aquilo que não é financiado, a Câmara Municipal está disponível para colaborar, não dando dinheiro ao investidor mas atribuindo o subsídio à Cooperativa Mirandesa ou ao Centro de Gestão Agrícola. Ou seja, é uma outra forma, tal como fazemos com o ADS que lhe damos um apoio e eles encaminham-no para os agricultores. Nós estamos disponíveis para encaminhar esse apoio para as organizações dos agricultores e serem essas organizações depois a ajudá-los. É a forma correta e legal, nunca dissemos que não o faríamos, pelo contrário, já reuni

quer com os elementos da direção do Centro de Gestão Agrícola, quer com a Mirandesa exatamente a propor-lhe essa situação. Caminhos rurais de alcatrão, como sabe houve juntas de freguesia, na altura a de Angueira, e a Câmara Municipal fizeram várias candidaturas e foram alcatroados caminhos. Que eu saiba o novo quadro comunitário também não traz qualquer apoio ou financiamento para esses caminhos. Recordo que nós até temos um projeto na Câmara Municipal de um caminho rural ali em Carção que sai das bombas e vai dar àquele cruzeiro no sentido de Argozelo. Esse nem pode ser feito em alcatrão tem de ser feito em paralelo porque é reserva ecológica e nos pareceres não pode ser usado o alcatrão, portanto não é assim tão simples quanto isso. O que eu acho é que se as silvas estiverem cortadas e nós com algum material que temos trazido das minas de S. Adrião ou outro que se possa comprar, é sempre dinheiro mas não é tão caro, embora o esforço tenha que ser feito, conseguimos manter os caminhos para circularem os tratores, para circularem as carrinhas. Agora nós temos alguns projetos, obviamente se não houver financiamento torna-se incomportável para o orçamento da Câmara Municipal fazer caminhos, neste caso alcatroados mas, como sabe, foram feitos vários no concelho. Regadios tradicionais, já temos finalmente os pareceres positivos para agora fazer o projeto de execução do regadio tradicional de Angueira, porque como aquilo mexe no leito do rio Angueira os pareceres são muito complicados. Agora já não é a ARH está tudo na Agência Portuguesa do Ambiente (APA). É muito difícil, mas conseguimos já ter os pareceres da APA e agora vamos terminar o projeto de execução. Recordo que reabilitamos o regadio tradicional de Vale de Frades durante o ano de dois mil e treze, recordo que estamos a fazer o projeto para a charca de Avelanoso processo que teve as suas vicissitudes, mas que estamos a elaborar com os nossos técnicos. Acabamos de fazer agora a charca de Algoso, e também vamos novamente iniciar a barragem de regadio em Santulhão da Alameda, vamos lançar concurso muito em breve. Nós já temos alguma parte do estudo prévio, aliás o concurso do estudo prévio já foi lançado em dois mil e sete portanto já há oito anos, mas depois como não havia financiamento parou-se. O que nós vamos fazer agora é concluir essa parte final mas a informação que me deu o senhor Diretor Regional da Agricultura, Dr. Manuel Cardoso, foi que temos que mandar para essa Direção (DGARD) que é a entidade que regula. Não pode ir só o

estudo prévio tem que ir também já um estudo de viabilidade ambiental e um estudo económico. Na Câmara não temos capacidade para fazer isso, vamos lançar concurso dentro em breve. Espero, não na próxima reunião de câmara mas provavelmente na seguinte, no sentido de termos o estudo. Não é o projeto de execução, atenção, o projeto de execução só o elaboraremos se tivermos alguma certeza de que vai ser financiado, e a informação que nos dão é que poderão ser financiados a cem por cento, inclusivamente o projeto. Mas a ideia que me dão os nossos técnicos é que esses estudos andarão perto dos cem mil euros, este primeiro estudo, sem ser o projeto de execução. Quanto aos assuntos dos moinhos bastava consultar, não sei se ainda hoje está disponível o site da ARH que hoje é da APA, do concelho de Vimioso, pedidos de licenciamento para exploração e produção micro energia elétrica. Há lá vários pedidos para vários moinhos do concelho. Mas também houve concursos para um rio que passa ali em Macedo de Cavaleiros, outro de Valpaços para Mirandela e outro que passa em Vinhais, vêm lá alguma exploração? A legislação está de tal forma burocratizada neste sentido, que ninguém fez nenhum investimento, e há vários pedidos para o concelho de Vimioso, aliás andou aqui uma empresa que percorreu o Maçãs mas principalmente o Angueira e identificou vários moinhos, que a ideia não era recuperar os moinhos, era arranjar as paredes, o telhado e pôr lá as pequenas micro-produções. Nenhuma dessas empresas viu atribuído a licença de exploração. Portanto, não tem sido fácil esse processo, como sabem depois alterou toda a legislação relativamente à produção de energia e obviamente que as pessoas aguardam a viabilidade económica, e também a autorização por parte da APA que é a antiga ARH no sentido da exploração de esses recursos hídricos para esses efeitos. Relativamente ao senhor membro Jorge Fernandes penso que respondi a algumas questões, relativamente à questão de apoiar jovens que se queiram instalar no concelho faz sentido, tenho dúvidas nalgumas questões. Aconteceu isso quando foi do apoio que demos à Mirandesa como sabe, não pode haver duplo financiamento. Isto é, a Câmara não pode apoiar um jovem que está a ter um financiamento de fundos comunitários, sabe o que é que fizemos com a Mirandesa para não ser duplo financiamento, adquirimos as instalações de Duas Igrejas, foi a forma de os apoiar, como sabe. Não pode haver duplo financiamento, é assim, é evidente que é preciso definir montantes porque nós sabemos que há aqui

investimentos que são muito elevados, por exemplo, ainda ontem fui contactado pela AEPGA pelo Dr. Miguel Nóvoa que agora é preciso por causa dos burros mirandeses, sendo de raças autóctones, tem que haver um registo especial, e diz que é caríssimo, para os que não são de raça autóctone são um bocadinho mais barato para os outros é caríssimo. E o que ele me disse foi qual era a disponibilidade da câmara ajudar os agricultores, eles vão ter que fazer o serviço vão ter que o cobrar, mas acho que são valores muito elevados, e ele até me estava a propor, a ver se atribuíamos dez euros por cada animal. Porque esse registo fica feito e depois não é necessário voltar a fazê-lo, tem um livro próprio, ele esteve-me a explicar, o passaporte, ou o livro azul ou livrete azul. Eu disse: à partida estamos disponíveis para apoiar, mas não vamos apoiar o agricultor vamos apoiar a associação, e depois queremos o comprovativo de que lhe fez esse desconto ao agricultor. Tal como nós sabemos que nas faturas do ADS aos agricultores vêm lá trinta por cento é custeado pela Câmara Municipal. É uma situação que podemos verificar, pode ser verificada, mas temos que ter algum cuidado neste tipo de apoio, e hoje nós somos escrutinados a toda a hora. Quer dizer, não pode haver duplo financiamento, o que nós podíamos fazer era pensar num prémio para o investidor e de facto aqueles investidores que investiam, sei lá, no final do ano ou na altura do concurso dos bovinos de raça mirandesa ou de outros, atribuir por exemplo um prémio aos agricultores, por exemplo aqueles que têm bovinos de raça mirandesa como sabem nós apoiamo-los significativamente. Então quando é do concurso tem o prémio de participação, têm para a deslocação e depois têm os próprios prémios. É uma questão a colocar sempre que se levantam todas estas questões legais, porque repito não é legal apoiar individualmente, em termos de investimento as pessoas, não é, temos de encontrar as formas e o que é que podemos apoiar. Quanto ao senhor membro José Freire que também levantou aqui a questão do setor primário apoio aos jovens agricultores, e criar a estrutura na câmara. Chegou à câmara um pedido de uma nova cooperativa, penso que até tem sede em Macedo de Cavaleiros, a pedir-nos um espaço para se instalar também em Vimioso, foi-lhe dado o espaço. A Árborea é uma associação que está ligada aos castanheiros e faz esse trabalho, tem um espaço da Câmara Municipal, a AEPGA que trabalha com os burros têm um espaço na Câmara Municipal, estão todos ali nas casas dos magistrados. Aliás estamos ali a criar quase

um centro de apoio agrícola, está lá o Dr. Godinho, está lá AEPGA, está lá agora a cooperativa, está lá a ALDEIA. Há dias, a um jovem que quer investir no concelho, pedi logo ao nosso técnico florestal que lhe enviasse toda a documentação destas candidaturas que abriram para transformação e comercialização de produtos que tem de ser no mínimo duzentos mil euros de investimento e que vai no máximo, infelizmente, só a trinta e cinco por cento de apoio, é vinte e cinco por cento mais dez por cento porque estamos em região desfavorecida. Foi-lhe dada pelo nosso técnico florestal toda essa informação. Eu telefonei pessoalmente ao investidor e toda a ajuda que precisasse que nos informasse. Agora eu volto a repetir, havendo um Centro de Gestão Agrícola no concelho, havendo a cooperativa mirandesa que também presta alguns serviços e tem técnicos para isso, o nosso técnico florestal e nós mesmos damos essa informação, acho que não faz muito sentido estarmos a substituir-nos às instituições que têm prestado o serviço que podem. Agora, se o serviço não é o melhor é uma questão de falarmos com as instituições e que são apoiadas. O Centro de Gestão Agrícola é apoiado financeiramente pela Câmara Municipal. Ainda não há muito tempo deliberamos transferir três mil euros para o Centro de Gestão Agrícola, portanto nós apoiamos as instituições e queremos que elas funcionem e têm lá técnicos, técnicos da área agrícola que devem ser eles também a fazer esse trabalho. Ter esse trabalho na Câmara Municipal, corremos o risco de esvaziar essas instituições. O problema é que a Câmara Municipal não pode trabalhar com os P1, não pode trabalhar com isso, têm de ser instituições que estão ligadas a outro tipo de associações (às CAP"S". -----

----- Usou da palavra o senhor membro Aníbal do Rosário. Disse:” Relativamente ao assunto que o Dr. Jorge nos falou quero louvar como locatário de Santulhão o interesse realmente na barragem da Alamela, que penso que é um segundo Azibo no nosso concelho. Ou seja o Azibo de Macedo de Cavaleiros será o Azibo aqui na Alamela em Santulhão. Para se localizarem agradecia que visitassem, é entre Carção e Santulhão do lado direito logo a seguir ao Luar da Noite. É um lugar plano, é um lugar que poderá dar um perímetro de rega de quilómetros, vejam que é uma zona alagadiça, é uma zona com nascentes em todos os cantos, fria por natureza, onde antigamente se regavam hectares e hectares de hortas, mas hoje infelizmente a batata não dá lucro, e as pessoas abandonaram aquilo, passam por lá animais e cria silvas. Uma barragem ali

realmente é um bem incalculável para o nosso concelho. De qualquer forma outro assunto que aqui o Dr. Jorge falou e que a associação dos asininos foi a Santulhão registar os animais, nunca me passou pela cabeça o que é necessário para registar um animal, só em assinaturas foram vinte e oito, imaginem, passava pela cabeça! Também nem a mim mas fi-lo ontem, cada animal levava para o registo sensivelmente uma hora a três técnicos, era preciso ver os dentes, era preciso ver a língua, era preciso ver o pêlo, chipar, tirar o sangue limpar-lhe os cascos e tudo. A minha prima tinha dois animais pequenos e pagou cento e vinte e cinco euros à parte dela. Ainda outra coisa, o licenciamento para o animal é preciso os técnicos irem lá, os técnicos do MAP, e depois vem do MAP um cadastro de todos os registos das propriedades para dar autorização para o estábulo, se o estábulo não tiver condições obrigam-lhe a fazer obras, vejam que realmente é uma burocracia louca para registar um animal de raça asinina, depois mandam pelo correio o passaporte segundo me disse a técnica para registar esse animal. A uma criança não é preciso tanta coisa! Portanto era só para esclarecer e louvar o trabalho que a Câmara tem feito relativamente ao estudo da barragem em Santulhão da Alameda". -----

----- Usou da palavra o membro José Freire. Disse:" Só queria acrescentar aqui uma coisa que o senhor Presidente falou e muito bem, que a Câmara comparticipa trinta por cento das despesas do ADS, não é das despesas dos agricultores é das despesas da saúde pública da parte que corresponde à saúde pública, isso convém que seja esclarecido porque passa uma ideia até que estão, se não pagar a câmara paga o proprietário, exatamente, mas é um apoio da parte que é obrigatória por uma questão de saúde pública da sanidade animal, do resto as outras despesas não pagam. Há uma questão que a mim me mete alguma confusão que é esta: nós temos um Centro de Gestão Agrícola, temos uma Cooperativa e os outros que não pertencem à Gestão Agrícola nem pertencem à Cooperativa também são agricultores e estão a viver cá no concelho. Não compreendo, quando há associações, porque motivo se defendem e quando há outras não. Dou o exemplo que vamos a discutir noutro ponto e depois intervir também: os pais não querem que o aluno vá para ali, criamos outra coisa outra estrutura para fazer frente àquela. E nestes casos estão sempre a encaminhar para o Centro de Gestão Agrícola, eu não tenho nada contra o Centro de Gestão Agrícola não é lá que trato dos meus papéis mas sou agri-

cultor cá e também pago os meus impostos também gostava de ser representado e que tivesse esta representação na câmara, não tenho nada contra o Centro de Gestão Agrícola não vou lá, porque quem me trata dos papéis é na Caixa Agrícola até por uma questão de vizinhança, que é minha vizinha a senhora que lá trabalha, mas também gostava de estar representado como agricultor e como eu centenas de agricultores no concelho que não estão representados no Centro de Gestão Agrícola. Também somos de Vimioso acho que temos direito a essas coisas. Se a câmara transferiu três mil euros para, não sei qual é o núcleo de agricultores que representa o Centro de Gestão Agrícola mas, centenas de agricultores estão representados lá em baixo pela senhora que nos trata dos papéis também lhe queremos alguma representação, ou melhor exigimos alguma representação. Não sei qual será a forma de chegarmos aí mas tem que haver justiça naquilo e tem que haver igualdade e equidade naquilo que fazemos. Eu quando digo que se crie uma estrutura não pode ser uma estrutura para fazer frente ao Centro de Gestão Agrícola nem ao serviço que funciona na Caixa Agrícola se não estamos a retirar pessoas do nosso concelho e não é essa a política que nós defendemos. Estou a falar no apoio logístico às vezes uma indicação de alguns projetos que nos indique qual será a melhor forma de investirmos. Agora se nós vamos buscar dinheiro para fazer os nossos projetos também temos que dispor algum para os técnicos. Reforçando o que disse aqui o meu amigo Aníbal, nós criamos, o nosso país tem este hábito, cria uma estrutura por causa de um burro neste caso não é de um burro é de vários, cria-se todo um complô à volta disto para esvaziar quem? Realmente aqueles que têm matéria-prima são os agricultores, e depois temos que fazer dezoito assinaturas ou vinte e oito para registar um burro porque temos que sustentar uma rede por trás deste sistema todo que está instituída no nosso país. Numa palavra, compadrio, corrupção não sei o que isso será mas temos de sustentar isto tudo e depois as instituições oficiais não podem claramente apoiar isso. Essa clientela tem que se sustentar, enquanto nós não criarmos medidas para que isso seja diferente vamos continuar sempre nisto. Os dinheiros vêm para aqui são esvaziados daqui por essa rede oculta e misteriosa que continua a canalizar para os grandes sítios e para os grandes grupos económicos. Esse dinheiro era aqui que devia ficar". -----

----- Usou da palavra o membro José Manuel Granado. Disse:" Senhor Presi-

dente gostei muito de o ouvir mas tenho aqui um comentário a fazer. Se é o próprio Estado enquanto Administração Central que está constantemente a pedir aos municípios para cada vez assumirem mais compromissos na saúde, na educação ou na agricultura, portanto não pode levar a mal nem estranhar que alguns membros desta Assembleia tenham esse mesmo tipo de preocupações". -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Seco Aníbal Delgado. Disse:" Quando acabou o senhor Presidente de falar e ouvi dizer que todos pediam à câmara e que há apoios diretos e indiretos, quero aqui dizer que, se calhar, há mais casas habitadas, habitadas talvez todas não, de ciganos em Vilar Seco desde há muitos anos, e sempre houve ciganos em Vilar Seco, porque há lá dez casas. Sabem o apoio que eles têm todos os anos? Lenha à farta. Se calhar, o que lá está este ano já a cortou nos caminhos, quatro tratores de lenha e foi isso que os levou para lá. Tivemos a escola mais uns anos graças a essas crianças. Vêm de férias vão visitar a professora e ela gosta muito de os receber em casa dela. Estão inseridos na população tomam parte em tudo. Há um que vende batatas faz por tudo, só pela simples razão de terem lenha à farta sem a comprarem. Foi isso que os levou a Vilar Seco. E olhem que as casas, não sei em certo mas têm seis casas, das dez, seis são das que pagam mais IMI. Não me lembro que se dissesse assim: houve um roubo em Vilar Seco. Só há uma família de ciganos que é por causa da saúde que estão a receber a comida da misericórdia, as outras duas famílias não querem, lá se vão desenrascando não quer dizer que sejam ricos. O que os leva lá é o cortarem lenha nos caminhos à farta e a câmara não apoia nenhum, não é preciso estar sempre a dizer a câmara tem de apoiar. Apoio social só uma é que recebe, os outros não querem. Em Vilar Seco não há exclusão de ciganos nem eles se sentem excluídos". -----

----- Usou da palavra o senhor membro Jorge Fernandes. Disse:" Duas coisas só, um pedido de esclarecimento e continuando com as propostas. No mandato anterior recuperou-se na extinta junta de freguesia de Avelanoso, não está aqui o Presidente da Junta de Avelanoso, mas está ali o Presidente da União das Freguesias de Vale de Frades e Avelanoso, uma casa de venda de produtos regionais. Gastou-se ali salvo erro, se a memória não me falha, cento e cinquenta a cento oitenta mil euros investidos, é claro que também foi com alguns

apoios da Rota da Terra Fria. Desconheço o funcionamento dessa casa. Ao que sei ao que me apercebo é que basicamente a casa desde que se investiu tem estado praticamente fechada. Aqui temos um mau exemplo de um investimento, um mau exemplo porque se gastou ali dinheiro e o investimento não serviu para o fim a que foi concebido. Não é uma proposta, é colocarmos à disposição o que ali se investiu para o fim a que se destina esse investimento. É um exemplo de um investimento que na minha ótica não está a ser aproveitado após o investimento que ali foi feito. Então se não está, tentar saber porque não está e penso que será fácil pô-lo a funcionar em relação ao fim para o que foi concebido. Depois um pedido de esclarecimento: O senhor Presidente da Câmara falou que recentemente foram cedidas umas instalações da câmara a uma cooperativa COPA DO NORDESTE que tem sede em Macedo de Cavaleiros. O meu pedido é que nos informem, já que foram cedidas instalações da parte da câmara municipal, quais os objetivos desta cooperativa. Bem sei quais são os objetivos de qualquer cooperativa, mas o porquê dela vir e instalar-se aqui em Vimioso para desenvolver o seu objetivo, será que a instalação dessa sede dessa cooperativa nas instalações da câmara, e ao que sei que irá desenvolver serviços que outras entidades aqui no concelho fazem. O José Freire falou da Caixa de Crédito Agrícola, o Centro de Gestão também. Este pedido não vem colidir também com alguma atividade que já é feita no concelho por parte de outras pessoas e que se têm mantido no concelho a trabalhar? Quando sei tem por traz a CONFAGRI, Caixa de Crédito Agrícola também, portanto um pedido de esclarecimento relativamente à instalação desta cooperativa, atendendo ao facto de que lhe foram cedidas instalações para funcionar". --

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:" Agradeço novamente as intervenções. Relativamente ao senhor membro Aníbal do Rosário, a questão da barragem da Alamela nunca esteve esquecida, mas não existindo fundos comunitários, não valia a pena estar também a investir. Há indicação de que haverá fundos neste novo quadro para o regadio e portanto é nesse sentido que estamos a trabalhar. Quanto ao senhor membro José Freire, o ADS, respondi-lhe aqui de facto é para a sanidade animal, mas antes da Câmara dar este apoio eram os agricultores que o suportavam, é um apoio de cerca de nove mil euros que nós damos a este serviço. Eu peço-lhe é que não confunda as coisas, não confunda ADS com equipamentos sociais com asso-

ciações sociais, todas as instituições neste concelho são apoiadas, de uma forma ou de outra todas são apoiadas, mas como disse teremos tempo ainda de poder discutir, acho que não faz sentido nenhum, eu não politizo instituições nunca o fiz nem nunca o vou fazer enquanto estiver neste cargo e acho que nenhum de nós o deve fazer, mas acho que quis politizar. Depois o senhor membro também disse que há o Centro de Gestão Agrícola que foi apoiado e que os serviços de que necessita os faz na Caixa Agrícola, não vai querer que eu transfira dinheiro para um banco! Vai contra os seus princípios todos, penso eu, não vai querer que eu financie a Caixa Agrícola, penso que não vai querer! Um gabinete que nos indique, pois nós temos esse gabinete que indica, acabei de lhe dizer um exemplo concreto, nós temos um excelente técnico, que não é só técnico florestal, tem essa informação toda. Toda a informação que solicitarem se não a pode dar na hora pode ter a certeza que no dia seguinte ou o mais rápido possível dará essa informação. Acabei de lhe dizer que um potencial investidor no concelho numa queijaria que recebeu a informação toda, foi contactado pessoalmente por mim, e de todos aqueles que eu tenha conhecimento quem o queira fazer ajudarei em tudo que puder. Esse nosso técnico faz esse trabalho e ajuda nisso tudo, penso que a câmara tem esse serviço de aconselhamento que existe, mas depois, como bem disse, as candidaturas, todo esse processo podem ser outras instituições a fazer. Relativamente ao senhor membro José Manuel Granado eu não fico nada chateado que dê estas opiniões, sou um defensor do municipalismo, já disse aqui várias vezes, depois até disseram que mudei de opinião. Sou claro, votei contra a regionalização em noventa e sete ou noventa e oito, mas hoje exercendo as funções de autarca não sou um regionalista muito convencido, sou um municipalista convencido isso eu sou. E as competências que quiserem transferir para a câmara municipal temos que as avaliar uma a uma porque não é só trazer as competências e depois ficar com a responsabilidade, e esse trabalho está a ser feito como deve ser pela Comunidade Intermunicipal. Porque há competências que podem vir para os municípios, mas há competências que podem vir para os municípios via Comunidade Intermunicipal, e esse é o trabalho que nós estamos a fazer. Nós assinamos o contrato de transferência de competências da educação já algum tempo, o mais importante foi feito que foi reabilitar a escola, mas por exemplo os funcionários ainda não estão na alçada da câmara municipal.

Como sabe nós fomos obrigados a assinar esse contrato de transferência de competências porque a própria regulamentação dos fundos comunitários a isso obrigava, pois só seríamos financiados se tivéssemos esse contrato e fizemo-lo obviamente porque a situação a isso exigia, mas em termos práticos ele ainda não está a funcionar. A questão que se coloca na saúde, ainda na última reunião de câmara estávamos a discutir, está aqui o Dr. Heleno que é coordenador do Centro de Saúde, dizia que para vir substituir uma lâmpada vêm cá um ver qual é a lâmpada, deve vir de Bragança penso eu, vem de carro, depois volta para Bragança e só depois é que há-de trazer a lâmpada! Se essas competências fossem da câmara municipal veja só o que se poupava ao país. Nós também não podemos andar toda a vida a dizer que temos um estado centralista e, quando o estado quer descentralizar, eu não estou a pôr obstáculo não, temos que analisar a transferência de competências com muito cuidado para quê? Para não sobrecarregar financeiramente as autarquias se não será a agonia financeira de todas elas e a nossa, que felizmente ainda goza de saúde financeira, mas outras que também fazem parte da nossa CIM e que têm algumas dificuldades, financeiras tem que ser analisado ponto por ponto, porque eu tenho sempre alguma dúvida disto, quer dizer o transferir tudo para as câmaras, embora eu repita que considero que a câmara também é estado embora estado local, não podemos estar a assumir tudo porque se não é a desresponsabilização e a saída do estado central dos nossos locais. É um processo que tem de ser estudado com alguma ponderação e que está a ser analisado na CIM e que nós próprios o vamos analisar. Ainda há dias por causa da loja do cidadão quando me apercebi que podia haver ali situações que não seriam boas para o concelho imediatamente contactei o Secretário de Estado da Modernização Administrativa e lhe disse claramente: senhor Secretário de Estado eu não aceito este protocolo e não quero nada disto. Respondeu: mas consigo havemos de conversar depois, estou à espera que venha conversar, não aceito que me fechem serviços. Porque é melhor prevenir que remediar, poderia vir a acontecer o encerramento de um serviço tendo que o assumir a câmara municipal e obviamente que para isso nós não estamos disponíveis. Mas, obviamente que não aceito que, referia-se porque não há-de ter um gabinete agrícola, mas nós temos, temos esse apoio temos um gabinete técnico florestal. Quanto à questão do senhor Aníbal Delgado, ainda bem que as famí-

lias se podem fixar nos locais e dar-lhes condições para que elas se fixem. Era o que dizia o Kennedy: não pergunte ao estado o que é que o estado pode fazer por ti mas o que é que tu podes fazer pelo estado. As pessoas também têm de ter iniciativa e têm que ter nas instituições um suporte que as encaminhe e que as ajude. Relativamente ao senhor membro Jorge Fernandes, a casa de Avelanoso como sabe, no mandato dois mil e cinco dois mil e nove, a então junta de freguesia solicitou que pudesse lá ser instalada a junta de freguesia ficando mais central tendo outro tipo de condições e funciona lá a junta de freguesia. Como sabe todas as localidades que anteriormente eram sede de freguesia continuam a ter as instalações para que a junta de freguesia funcione. No piso superior funciona a junta de freguesia de Avelanoso, e no piso inferior está lá uma exposição até com objetos de artesanato. E do que eu sei é que até costumava lá estar um telefone ou, quem aparece, avisa-se a pessoa para que possa vir e depois encaminhada para que possa comprar os produtos. Tem que perceber que ter ali um funcionário todos os dias com a casa aberta torna-se quase incomportável. Mas, funciona lá a junta de freguesia no piso superior e no piso inferior está lá exatamente uma exposição de produtos, pediu o esclarecimento e eu estou a dar-lho. Quanto à questão da cooperativa o pedido chegou à câmara municipal como outros, falei com o Presidente da Associação Comercial se era possível instalá-lo numa sala lá, disse que sim, estão lá instalados. Posso pedir o pedido que nos fizeram, quais são os objetivos deles mas tem a ver com a recolha de produtos com a comercialização de produtos. Eles estão numa fase inicial foi o que me disseram e se eventualmente os objetivos a que se propõem, que é a dinâmica comercial de produtos agrícolas, vier a verificar-se oxalá que isso seja feito, repito que as instalações são temporárias porque também queremos ver qual é que vai ser o processo de evolução dessa cooperativa. E depois se vai colidir com a atividade de outros eu acho que quantos mais cá estiverem mais oportunidade têm, olhe o senhor José Freire também já pode ir para aquela se quiser, também faz parte da CONFAGRI, não gostava do Centro de Gestão Agrícola agora já tem ali outra. Está a ver. já temos aqui oportunidade de escolha! Quantos mais vierem melhor, vem a Arbórea, a Aldeia eles lá andarão por aqui e por cá gastarão algum. A câmara municipal tem algum gasto? Claro que tem, o serviço da luz, mas eu acho que pelo menos naquele edifício que acabamos por recuperar nos

anteriores mandatos que o ministério da justiça tinha ali abandonados está-se a criar ali um núcleo de associações e de serviços ligados ao setor primário e acho que isso é importante. Agora temos de esperar para ver qual será o andamento, eu sabia que estava ligado a uma dessas associações sei que o Centro de Gestão Agrícola é com a CAP a outra é com a CONFAGRI porque depois eles têm de ter credenciação, para determinados serviços”. -----

----- **Ponto Dois) PERÍODO DA ORDEM DO DIA.** -----

----- **Ponto Dois Ponto Um) - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara relativa à atividade municipal.** -----

----- Todos os membros estavam na posse da informação. -----

----- Usou da palavra o membro José Manuel Granado. Disse:” Sem querer ser maçador convidava toda esta Assembleia a olhar para a situação financeira da câmara de Vimioso é assim: olho para o mês de Dezembro e olho para o mês de Janeiro, suponho que é o mês de Janeiro, não sei se é, Vimioso dez de dezembro, e Vimioso dez de dezembro, estou confuso, muito confuso, depois aqui não se sabe se são despesas, se o que é”. -----

----- Para explicar usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Como o ano terminou a trinta e um de dezembro e como a última Assembleia foi em dezembro um dos mapas reporta-se a trinta e um de dezembro e o outro a seguir, porque costuma vir só numa folha. Esta Assembleia Municipal vem desde o dia doze de dezembro até quando receberam a convocatória, há um mapa que diz respeito até trinta e um de dezembro e o outro de um de Janeiro até hoje. O que está mal é a data na segunda folha onde tem dez de dezembro deve ler-se dez de fevereiro”. -----

----- **Ponto Dois Ponto Dois) - Apreciação e Votação da Atualização em 2015 de Valores de Taxas e / ou Preços e Licenças – Regulamentos Municipais.** -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Como estão recordados está aí essa informação que os senhores membros dispõem e como sabem nós deliberamos em Assembleia manter as taxas das águas, lixo e saneamento e as outras que seriam atualizadas em função da inflação. O que acontece, mas esta Assembleia é soberana, é que este ano há uma deflação, menos zero ponto três por cento o que significa que atualizando da mesma forma havia algumas que iam descer, mas isto como vêm é insignificante. E

portanto o que nós deliberamos em reunião de câmara, quando tivermos esses dados, é os valores das taxas manterem-se exatamente como estão hoje”. -----

----- Não tendo havido mais intervenções / pedidos de esclarecimento o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por unanimidade. Colocado à votação em minuta foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Três) – Apreciação e Votação do Projeto de Regulamento Municipal aplicável às Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) e à Componente de Apoio à Família (CAF). -----

----- Usou da palavra o Senhor Vereador Licínio Martins. Disse:” Já era do conhecimento, aliás em reunião anterior foi já abordada esta situação e que estaria a ser preparado o regulamento. Este regulamento esteve publicado como vocês sabem na página da câmara conforme a lei. Não houve, até ao final do período de audiência, nenhum tipo de sugestões de alteração e portanto mantém-se conforme o original para esta Assembleia agora apreciar e votar”. -----

----- Usou da palavra o senhor membro José Freire. Disse:” Queria tirar uma dúvida para votar conscientemente este regulamento que já foi abordado este assunto nalgumas Assembleias anteriores. Como defendi, e costumo manter sempre aquilo que defendo, perpetua-se durante a vida se for a escola a fazer ou se for a câmara de uma forma independente. Apoio essa medida, penso que é isso que está aqui escrito, que a câmara vai assumir esse papel e aí concordo com isso. Mas, para votar conscientemente gostava de saber qual é a opinião da câmara para o futuro se continua a apoiar as outras alternativas que existem, ou se vai só apoiar esta, era uma dúvida que eu gostava de ver esclarecida antes de votar que era para votar conscientemente. De qualquer das formas quero que a minha opinião fique registada, quando é a Câmara ou quando são os serviços públicos estou sempre desse lado, agora há particulares e há particulares, há uns que ainda se preocupam com o bem social e há outros que só se preocupam com o lucro e gostava que ficasse clara a posição da câmara sobre este assunto”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Não vale a pena estar aqui a fazer história e a câmara traz aqui a esta Assembleia este regulamento no sentido de que tudo fique clarificado e legalmente estipulado

para o funcionamento destes serviços. Podem concluir daquilo que temos conhecimento que às famílias ficará um serviço mais acessível. Eu repito que é uma questão de contenção de despesas. Nós não impedimos que haja outras respostas como funcionam noutros concelhos. Agora, a câmara assumindo este serviço, existindo este serviço e até porque, infelizmente, já são tão poucas crianças nós não vamos colaborar financeiramente com mais nenhuma instituição, vamos assumi-lo nós na íntegra, porquê? Porque se não aumentamos, o que nós vamos gastar é exatamente aquilo que gastávamos antes. Antes havia duas ofertas, uma das ofertas deixou de existir a partir de agora acho que a câmara, porque noutros concelhos aqui do nosso distrito assim funciona, funciona assim em Bragança, penso que funciona assim em Vinhais funciona assim noutros concelhos, portanto há uma resposta. Eu não impeço as instituições de terem essa resposta. Agora, elas também têm que saber como é que vão funcionar com essas respostas. Já transmiti ao Lar de Argozelo que no próximo ano letivo não vamos fazer protocolo. Só o faremos para as refeições (almoço). Por isso é que trazemos aqui este regulamento. Só foi feito agora porque antes não era a câmara que assegurava esse serviço. A partir de agora é a câmara que vai assegurar esse serviço, repito, com ganhos para aqueles que o quiserem usar, porque vão pagar menos e portanto é isso que nós vamos fazer e ficam estes serviços de apoio regulamentados. Estamos a equacionar essa possibilidade se tiver de funcionar na escola, funcionará na escola mas ainda não está perfeitamente definido. À partida vai funcionar na escola porque a escola passa a ser, já é propriedade do município". -----

----- Não tendo havido mais intervenções / pedidos de esclarecimento o senhor Presidente colocou o ponto à votação tendo sido aprovado por maioria com uma abstenção da senhora membro Maria Merência dos Reis Rodrigues Machado. Colocado à votação em minuta foi aprovado por unanimidade. -----

----- Ponto Dois Ponto Quatro) – Outros assuntos de interesse para o Município. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção António Santos. Disse:” Apresento uma série de questões e problemas que importava resolver. Em primeiro lugar, e se bem se lembram, levantei numa ocasião aqui a questão dos autos de verificação de óbito, penso que o concelho de Vimioso ou as juntas de freguesia do concelho de Vimioso são talvez

das poucas ou únicas no país onde isto é emitido. Tanto quanto sei eu informei-me junto de outras autarquias e juntas de freguesia, e nenhuma delas assume responsabilidade de emissão de autos de verificação de óbito. O auto de verificação de óbito é um documento antigo, penso que do estado novo, e que foi transitando de geração em geração de presidente de junta em presidente de junta até aos nossos dias. Ora hoje, a dinâmica dos nossos dias, o conhecimento científico a cientificidade não se compadece com isto. E o que é isto, nada mais nada menos do que um auto de verificação de óbito que o presidente de junta deve confirmar. Levantam-se aqui questões graves, o presidente da junta tem que confirmar a causa da morte do defunto, o presidente de junta tem que confirmar qual a última medicação que tomou e a que horas, está aqui escrito. São questões relevantes e o que importa saber é que isto não tem qualquer validade jurídica ou legal, daí que eu mantenha a mesma posição que tinha naquele tempo. É tempo dos presidentes de junta terem tempo para descansarem sobre esta matéria, porque não se justifica, senhores representantes da saúde do concelho, que nos continuem a obrigar a passar um documento que não podemos passar. Continuando, permitam-me dizer que já estava de facto com saudades de todos, estava com saudades do Jorge Fernandes, das suas rebeldias da sua rebeldia política, é obvio e das suas insinuações também por vezes, que eu entendo. Estava com saudades das lições do Jorge Fidalgo, é tudo JF, estava sobretudo com saudades destes dois. Presidente de Câmara, porque de facto é sempre bom aprender mais alguma coisa e com o Presidente de Câmara, em matéria de intervenção política, aprende-se alguma coisa. Mas, Jorge Fernandes eu sobre a questão que levantei inicialmente de justiça social eu não mudei de opinião, eu mantive a minha opinião. O percurso do executivo é que melhorou, porque eu não recebo, perdoem-me a expressão, lições de justiça social de ninguém. Fui eu que quase iniciei a política social no concelho porque antes de eu existir em termos autárquicos no concelho não existia política social, digo isto alto, claro e bom som, não existia. É evidente que com o apoio de outras pessoas e com o apoio do executivo da altura criei o projeto de luta contra a pobreza se calhar contra muita gente, criei um projeto de apoio às crianças desfavorecidas, criei a feira de artes e ofícios, tudo isto fala por mim. Sobre a questão que o Aníbal levantou em tempos de vacas magras esta questão do alargamento da rede elétrica foi discutido aqui na Assembleia e foi até

pedido pelo senhor Presidente de Câmara que se analisassem poste sim, poste não para a EDP poder desligar. Penso eu, foi uma instrução que foi dada, poste sim poste não, para poder desligar as lâmpadas, algumas lâmpadas das freguesias. Com toda a sinceridade a política de contenção continua, estamos em tempo de vacas magras, não se justifica de todo em todo, não há justificação para alargar a rede, isto é a minha opinião pessoal, admito que outros tenham outra opinião. Senhor Presidente da Câmara mantenho o que disse, eu não disse famílias, disse pessoas, há pessoas a viver sem água e sem luz no concelho, com toda a sinceridade depois podemos conversar sobre isto, porque de facto é uma questão que urge resolver. Há uma questão que gostaria de ver levantada porque é uma dama que eu defendi sempre e é uma alternativa ou melhor, que defendi há alguns tempos, que foi a criação aqui neste espaço da galeria dos presidentes, porque ainda há tempos precisei de um documento do arquivo da câmara e de facto não foi encontrado, do arquivo morto dos anos trinta, quarenta ou cinquenta e foi-me dito: é melhor não procurarmos porque esse documento não existe. Qualquer dia os meus netos precisam de saber qual foi o presidente da junta de Carção, não é o caso, porque lá em Carção há uma galeria dos presidentes, mas os netos do José Rodrigues vão perguntar quem é que foi o presidente da câmara em determinada altura, não sei. Mas, é melhor ir aos Paços do concelho, ao salão nobre, porque lá está a exposição de todos eles e é bom que os netos saibam que foi o José Rodrigues, ou o José Miranda, o Joaquim Marrão ou o Francisco da Paula Mina e outros que por aqui passaram. É bom que os nossos netos saibam ou conheçam a fisionomia dos avós enquanto no exercício do mandato. Que esta questão, que mais uma vez levanto, possa ser implementada. Ligação à A4, a estrada por Pinelo, eu fui daquelas pessoas que tive uma opinião sempre discordante, não foi por uma questão bairrista, não foi por ser de Carção, se fosse de Vale de Frades se calhar não o fazia mas estava a ser incongruente comigo mesmo, estava a ser incorreto. Porque há um eixo que salta obviamente aos olhos de toda a gente que é o único eixo possível no concelho que não vai desertificar ainda mais as zonas mais populacionais do concelho. O que é certo é que só há um eixo possível. Na altura eu promovi reuniões com a Direção de Estradas no sentido de criar uma alternativa à teimosia de algumas pessoas, técnicos e políticos, em avançar com a estrada Vimioso / Outeiro por Pinelo

pela margem esquerda do Maçãs. E, finalmente, vejo na Internet, o tempo finalmente dá razão aos pesos menos pesados, que finalmente é levantada a hipótese com alguma credibilidade, no sentido de construir uma nova via entre Vimioso / Carção e com melhoramento da estrada Argozelo / Outeiro em alternativa àquela que estava projetada. Isto tem interesse. É que o senhor Presidente da Assembleia ex-presidente da câmara, não estava muito de acordo com esta hipótese, defendia mais a outra. Finalmente e é de louvar a atitude do município tanto quanto sei depois daquilo que eu li fiquei de facto entusiasmado porque, finalmente, a voz da razão veio ao de cima no sentido de implementar a melhor das soluções”. -----

----- Usou da palavra o senhor membro José Freire. Disse:” Antes de mais congratular-me pela câmara municipal inverter algumas políticas que tentou desenvolver e assumir as suas responsabilidades neste caso da escola, e que o faça depois no resto doa a quem doer, eu fico sempre contente quando são invertidas essas políticas de ajudar os privados. Há uma coisa que queria lançar aqui, há dois cortes na estrada que são preocupantes, eu passo diariamente nos dois, um é à minha porta e outra ao pé das piscinas. Há meses que estão abertos. Eu sei que há buracos e buracos, também sei isso, mas já era tempo de resolver esse assunto, infelizmente passo lá diariamente nos dois e eu sei que a câmara tem feito algum esforço para regular aquilo. Também não sei se a responsabilidade é da Junta Autónoma das Estradas se é da câmara, mas era tempo de resolver isso”. -----

----- Usou da palavra a senhora membro Maria Merênciã Machado. Disse:” Eu gostaria de explicar a razão da minha abstenção de há bocado. É evidente que eu tenho por princípio entre situações privadas e públicas, pois prefiro as públicas desde que elas sejam bem orientadas e bem implementadas. Acontece que no contexto atual de Vimioso parece-me um bocadinho cruel acabar com o ATL da Misericórdia uma vez que, embora privada, é uma instituição com fins públicos de solidariedade social que em vinte e tal anos fez um bom trabalho e neste momento se vê obrigada a despedir três ou quatro pessoas, vão três ou quatro pessoas para o desemprego porque acaba o ATL. De maneira que eu pergunto se a situação anterior privada tem continuado será que os apoios não continuavam a ser divididos e tudo continuava na mesma? Porque não continuar a dividi-los. É só isso, a mim custa-me que vão três ou quatro pessoas

que estão com o ATL da Misericórdia, para o desemprego. Outro assunto: em tempos perguntei, e acho que nunca me chegaram a responder, porque é que o tanque da praça não tem água, ou não será possível pô-lo a funcionar, porque acho que ficava muito mais bonito com água e a funcionar”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Seco Aníbal Delgado. Disse:” Pergunto ao senhor António Santos, já que falou na estrada que deixou de ir por Pinelo, se na altura tomou parte numa petição por escrito, e qual foi a resposta do Eng.º. Guterres na altura, pode-me explicar isso se faz favor, se tomou parte ativa numa petição por escrito ao Eng.º Guterres e qual foi a resposta dele. Se não se recorda eu posso lembrar, fizeram uma petição por escrito e a resposta dele foi: estejam sossegados que a estrada por Pinelo não vai, foi a informação que eu recolhi na altura, e penso que verídica”. -----

----- Usou da palavra o senhor Vereador Heleno Simões. Disse:” Estou aqui não como fazendo parte do elenco da câmara mas como representante da saúde no concelho. Este assunto já foi trazido noutras alturas e penso que pela mesma pessoa, pelo António Santos. Na altura foi esclarecido que no concelho de Vimioso neste momento, e já há uns tempos para cá, não há Delegado de Saúde, que seria a entidade que iria verificar os óbitos no domicílio ou na via pública. Não havendo, e o documento que o senhor António Santos aqui apresentou se não é oficial, então não sei o que é que é um documento oficial. Acabou de dizer que ele não tem valor jurídico, o que não tem valor jurídico é o que não é legal, o que não é oficial e o que não é permitido por lei, penso eu que será isso. Esse documento é oficial e diz que é para ser passado pela entidade Autoridade Administrativa. Digam-me aqui quem é a Autoridade Administrativa da freguesia, alguém que responda. Senhor Dr. Torrão quem é a Autoridade Administrativa da freguesia? Temos aqui uma pessoa ligada ao direito. Já na altura esclareci que o presidente da junta pode não passar, pode não querer passar, nós ao emitir o certificado de óbito informático, que agora é obrigatório ser informaticamente emitido, tem lá exatamente uma quadrícula que diz assim: o diagnóstico da morte foi baseado em, diagnóstico clínico, documental e tem uma quadrícula que diz assim: documento emitido pela Autoridade Administrativa. A Autoridade Administrativa da freguesia é o presidente da junta e o presidente da junta ou o vice-presidente ou o secretário quem representa o

presidente da junta é que deve emitir esse documento. Mas os senhores presidentes da junta têm todo o direito de se negar a passá-lo, se assim o entenderem, como é evidente, vão passar isso para o Delegado distrital porque os médicos do Centro de Saúde de Vimioso que somos três não vamos certificar o óbito. Na altura também o disse e de certeza que está gravado na ata, é a questão de ir à procura dela. Têm todo o direito de não o passarem, nós sem esse documento ou outro parecido não emitimos o certificado definitivo de óbito. Até vos digo mais, quando chamam a VMER a um acidente qualquer, ou até ao domicílio sendo a VMER composta por um médico e um enfermeiro, emitem o certificado de óbito provisório, ou seja o médico diz que aquela pessoa, e diz por escrito e escreve que aquela pessoa faleceu. Esse documento, eles agora até já nos telefonam: vocês emitem o atestado de óbito? Nós dizemos que sim, depois temos uma conversa com eles e hão-de nos dizer o que é que acharam em relação ao óbito. Nós acreditamos no colega que está lá, como acreditamos no presidente da junta a dizer que morreu até porque tem que ter duas testemunhas e o valor desse documento é dizer que a pessoa morreu e tem duas testemunhas que não deveriam ser da família do falecido. Porque se nós dissermos, não eu não emito o certificado de óbito tem que vir o Delegado de Saúde de Bragança. Se eu disser que não emito o atestado o certificado de óbito definitivo, a partir do documento emitido pela VMER tem que vir o Delegado de Saúde certificar o óbito. E aliás uma das coisas que eles fazem é transmitir imediatamente à GNR que até consta no documento que eles emitem, foi participada à autoridade policial. Portanto, se o presidente da junta não quiser emitir o atestado de óbito tem todo o direito de não o fazer, ou de o fazer, mas terão, aliás comunicam à GNR e a GNR irá convocar o Delegado de Saúde distrital. Atenção que o Delegado de Saúde só existe em Bragança, em Macedo e em Mirandela. Penso que está esclarecido isto já foi debatido aqui há tempos. Se repararem quem cá esteve eu disse mais ou menos a mesma coisa que estou a dizer hoje, mas em relação à resposta do António Santos, se como presidente da junta não o quer fazer tem todo o direito de não o fazer, assim como eu se não quiser ir trabalhar segunda feira meto atestado e não vou". -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carção António Santos. Disse:” Senhor Dr. Heleno uma vez que se dirigiu à Assem-

bleia não só como representante político mas também como técnico de saúde que representa politicamente ou foi indigitado para representar o concelho no município. Eu também me dirijo a si não como político mas como técnico de saúde, já me habituou a algumas coisas menos verdade. É só para lembrar isto de algumas inverdades melhor dizendo, e recordo aqui o encerramento das delegações clínicas algumas inverdades, na altura chamei a atenção para isso porque alguém mentia, ou era o responsável pelo Centro de Saúde ou era na altura o Dr. Vítor Alves, alguém mentia. Havia aqui inverdades de todo o tamanho. Felizmente salvou-se a delegação de saúde de Argozelo por iniciativa e por persistência dos políticos responsáveis que lideram o município. Porque, se não fosse isso a delegação de Argozelo ter-se-ia perdido como se perdeu a de Carção e tantas outras. Já me habituou, repito, às inverdades que levaram ao prejuízo dos doentes e do município e aqui também há algumas inverdades mas lá iremos. Vamos esclarecer toda esta situação lhe garanto, vamos esclarecer toda esta situação politicamente e tecnicamente, porque ninguém se recusa como o senhor aqui insinua, disse aqui inicialmente à Assembleia leiam nas linhas e nas entrelinhas, não há nenhum autarca nenhum presidente da junta ou vice-presidente ou secretário como o senhor disse que se recuse a passar um documento destes. Só que chamo a atenção, este documento é um documento impróprio para consumo, desculpem a expressão, impróprio para consumo dado o seu conteúdo dado o seu objetivo. Este documento é um documento que nada diz em termos técnicos penso eu, porque o presidente da junta não pode certificar rigorosamente nada, pode ser chamado a testemunhar. O senhor falou na VMER que vem ao local do acidente e pode eventualmente chamar dois dos presentes a testemunharem, é diferente são testemunhas de um facto que aconteceu. Isto o presidente de junta é chamado a certificar após a morte, mas lá iremos vamos esclarecer toda esta situação lhe garanto porque não há ninguém como o senhor insinua, repito, que se negue a emitir isto. Os presidentes de junta são boa gente, são gente de bom senso e continuam a estar ao serviço das populações, e não recebem sobre esta matéria lições de ninguém”. -----

----- Usou da palavra o senhor Vereador Heleno Simões. Disse:” É sobre esta matéria, aliás eu como não tenho direito à palavra durante o desenrolar da Assembleia, e só venho aqui porque estou a ser chamado atenção e por esse

facto fui convocado para vir aqui pelo senhor presidente da junta de Carção e portanto tenho que defender não só a saúde como a minha pessoa. Ninguém disse que a VMER vai buscar duas testemunhas para assinar, não é preciso, o médico até as tem e não precisa de mais ninguém nem precisa do enfermeiro. O médico da VMER atestou. Depois eu não disse que os presidentes da junta agiam de má fé ou não queriam trabalhar, eu não disse isso. Os presidentes de junta são pessoas de boa fé e pessoas que trabalham, eu não disse o contrário, e nem falei no encerramento das extensões, isso não é para aqui chamado. Aliás nem é assunto que a Assembleia possa de propósito debater é evidente mas não é aqui que decide há-de ser sim noutro lado que não aqui, as extensões muitas vezes só estão abertas, enfim, não quero dizer mais nada. Em relação aos certificados continua a dizer que isso é um documento impróprio para consumo, ponha isso superiormente, há muitas coisas que eu faço e que tenho que as fazer e são impróprias para consumo e eu tenho de as fazer, porquê? Sou obrigado a isso. Esse documento sendo oficial, se é impróprio para consumo é porque se calhar os presidentes da junta não o querem consumir, estão no seu direito foi o que disse há bocadinho, se não o querem que não o façam, agora que não venham para aqui dizer que somos nós que não queremos. Porque é que vem com esse problema aqui se esse documento é oficial, isso nós estamos a emitir os certificados de óbito exatamente para evitar que o Delegado de Saúde se ande a deslocar de cada vez que há um cadáver aqui no concelho, e agora até têm sido muitos. Morrem no domicílio, as pessoas não sabem do que morreu, o presidente da junta não atesta e ninguém vai certificar o óbito. Se o presidente da junta não o faz vocês vão ter aqui o Delegado de Saúde todos os dias, oxalá fosse só uma vez por ano, mas não, infelizmente, agora tem morrido muita gente e o Delegado de Saúde tem de vir cá muitas vezes, como vos disse não há Delegado de Saúde no concelho". -----

----- Usou da palavra o senhor membro José Freire. Disse: "Só vou fazer uma pergunta ao senhor Aníbal Delgado, e agora já de uma forma mais política. Já disse aqui algumas vezes que o meu partido é o concelho de Vimioso. E quando lançam assim determinadas insinuações gostava que fundamentassem de alguma maneira, e digo aqui uma coisa para esta Assembleia e para os meus camaradas do Partido Socialista: se eu tivesse a certeza que um dirigente do Partido Socialista tivesse feito aquilo que o senhor Aníbal insinuou nunca mais

votaria no Partido Socialista, isto é uma verdade, isso é uma verdade e lanço esse repto e gostava de saber isso. Se um elemento do Partido Socialista, governante que eu até considero que foi um governante com alguns princípios independentemente ou que apareceu depois dele, e eles estão lá agora, foi o Eng.º António Guterres. Um homem muito preocupado socialmente embora não concorde com algumas políticas que ele fez. Se eu tivesse a certeza que tinha dado uma resposta dessas vos juro uma coisa, nunca mais votava no Partido Socialista. Em contrapartida há aqui factos que os governantes da oposição disseram e uma delas das estradas: nós para Trás-os-Montes não queremos nada, nem um quilómetro de estradas, estão feitas e já foi aqui dito algumas vezes mas não estão pagas. Nós estávamos a pagar as dos outros lados e agora estamos a pagar as dos outros lados e as nossas! Que pensem um bocadinho nisso e deixo-lhe esse repto: mostre-me isso e de certeza absoluta que nunca mais me vê no Partido Socialista”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Só algumas referências às questões que foram aqui levantadas. Relativamente à galeria dos presidentes penso que se refere quer aos Presidentes da Assembleia quer aos Presidentes da Câmara. Eu já disse aqui uma vez, nós temos um projeto para fazer obras no edifício da câmara. Está a ser terminado, oxalá que haja financiamento e aí avaliaríamos. De qualquer das formas, como sabem, no próximo ano no dia cinco de Março comemoramos os quinhentos anos do foral de D. Manuel à vila de Vimioso. Estamos a começar a preparar algumas iniciativas no sentido de assinalar esse facto. Penso que havendo obras ou não no edifício se calhar será oportuno nessa altura pensarmos em colocar aqui, nas escadas ou onde se achar melhor. Por exemplo já fui à câmara de Moncorvo e estão na escadaria os de Mirandela estão no salão nobre é uma questão de verificarmos essa situação. O senhor António Santos já levantou mais que uma vez, é uma questão de depois verificarmos e estava aqui se calhar a equacionar a hipótese de o fazer coincidir com as comemorações dos quinhentos anos do foral de Vimioso. Nesse momento, também a par de que já foi feito noutros locais, não é uma repetição, homenagear também todos os autarcas, também os presidentes de junta porque foram eles que ao longo destes anos, ou pelo menos nos últimos anos, que nós temos conhecimento mas todos os nossos antepassados construíram este concelho. Relativamente à ligação ao IP4 hoje

à A4 quero referir, e não quero falar pelo senhor Presidente da Assembleia, que a solução que na altura se pensou, ou que foi pensada inicialmente, era de facto a ligação Pinelo, Argozelo, Outeiro e IP4. Até porque, como se recordam, a nova ponte sobre o rio Angueira terminou logo à saída da ponte, (hoje quem vira para as termas) e a ideia era depois definir o corredor futuro de ligação ao IP4. Toda a gente tem presente esta situação, e recordo-me perfeitamente quando se veio inaugurar a ponte que o senhor Presidente da Câmara, hoje Presidente da Assembleia, teve que falar bem alto ao senhor Secretário de Estado que não fazia sentido estar a inaugurar uma nova ponte, e de Vimioso, para chegar à ponte nós sabemos como é que estava o piso daquela estrada e à última da hora lá puseram o alcatrão. Mas como sabem era necessário definir o corredor, nós câmara municipal e eu que acompanhei e estou na câmara municipal desde dois mil e dois, vi propostas mas nunca vi nada oficial sobre quais eram os corredores, e penso que não existe, eu nunca vi e penso que não existe, havia propostas de corredores. O governo teve essa intenção caso contrário a empresa não teria feito o tal estudo de viabilidade da travessia do lado de Pinelo. A empresa, salvo erro, TYPESA veio descobrir os tais problemas ambientais o famoso *rato cabrera*. O que acontece, e isso está na comunicação social, quando o senhor Secretário de Estado à data penso que em dois mil e nove, março de dois mil e nove vai agora fazer anos, o senhor Secretário de Estado do Governo do Partido Socialista Paulo Campos se dirigiu a Vimioso, veio exatamente apresentar no auditório do pavilhão multiusos, o título era aproximar Vimioso. Há declarações dele na Lusa, nos jornais locais, em todo o lado e isso pode ser documentado, veio dizer que abandonavam a questão da travessia na zona de Pinelo / Outeiro porque há de facto graves problemas ambientais, e eu sei que também em termos financeiros seria um investimento mais do dobro do que se está a pensar fazer e provavelmente seria essa a questão. Mas levantaram a questão ambiental e o que ele veio anunciar foi o estudo de viabilidade de uma nova travessia Vimioso / Carção. Mas isso foi lançado no tempo do governo socialista, pelo menos o membro Jorge Fernandes está perfeitamente recordado, foi isto que ele veio a anunciar a Vimioso, e também estão publicadas e gravadas nos jornalistas as declarações do então senhor Presidente da Câmara José Rodrigues, na altura disse assim: nós sempre pensamos por aquele lado, se não não faziam o estudo de viabilidade a

(TYPESA) mas eu quero é que se faça seja por um lado ou por outro, que se faça. É exatamente o que eu digo hoje: que se faça. Obviamente que num tempo de maior dificuldade económica, num momento em que a União Europeia disse para estradas zero, a não ser pequenas situações pontuais, ligações a portos, ligações a zonas industriais poucas coisas que façam, como agora ouviram na comunicação social a estrada nacional catorze na zona de Famalicão para tirar o trânsito, são essas pequenas ligações que podem vir a ser financiadas o chamado “last mille” a última milha. O que acontece é que, se repararem nessa apresentação do governo, dessas pequenas obras, não vinha nenhuma no distrito de Bragança, não temos portos, havia a questão da ligação das zonas industriais, também não encontraram aqui grande coisa e portanto não seriam financiadas. O que acontece é que o Presidente da CCDR-n juntamente com o Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional Dr. Castro Almeida e as Estradas de Portugal tentam encontrar uma fórmula de poder financiar alguns entraves que ainda existem em regiões de interior como é o caso da nossa. Dessa negociação resulta que, no plano de proximidade das Estradas de Portugal para dois mil e quinze dois mil e dezanove aparece lá contemplada uma nova travessia, diz lá mesmo obra de arte, entre Vimioso e Carção. É isso que aparece e aparece dotada com vinte milhões de euros, e eu disse aqui que não deitava os foguetes antes da festa. Dois mil e dezanove é muito tarde e o que estamos a fazer é tentar que esse prazo de lançamento de dois mil e dezanove seja encurtado. Até já convidei o senhor Secretário de Estado a vir a Vimioso, até à data diz que ainda não arranjou agenda. Quando arranjar, oxalá que a arranje e que venha novamente a Vimioso, no sentido de fazer o tal pedido, passo a expressão, pressão política de antecipar. Agora o que nós queremos é que se faça, não vamos aqui colocar se houve abaixo-assinados se não houve, isso já deve ter alguns anos obviamente mas, penso que nem é relevante agora para a questão. Mas para que fique claro que a opção do anterior Presidente da Câmara juntamente com outros colegas, porque houve reuniões e há atas que foram enviadas para os dois governos porque um partido sucedeu o outro, no sentido de defender a ligação por Pinelo porque era essa que estava a ser feito o estudo. Agora não se fazendo por um lado e eu quero acreditar, pessoalmente não tenho nenhum documento técnico que o diga, acho que é a questão financeira fundamentalmente, é a questão

financeira. Se aqui custa vinte milhões, que também me parece um valor exagerado, mas provavelmente é uma obra de arte significativa, se calhar do outro lado também tinha de ter obra de arte mais os acessos todos que tinham de se fazer. Eu não sei o que eles querem fazer aqui mas a ideia que se tem é que será uma travessia, obviamente que nós município já no anterior mandato, e no atual, a ideia foi sempre fazer pressão, se não querem fazer por um lado, que façam por outro, isto é, termos uma ligação. Agora as interpretações são várias para chegar mais depressa à A4 por onde é, para servir mais população do concelho como é que é, são várias as interpretações. O que nós executivo queremos é que façam alguma coisa, pelo menos que melhorem o nosso acesso à auto-estrada, é isso que nós pretendemos e vamos continuar a lutar. Relativamente às duas questões, o senhor membro José Freire tem toda a razão, há ali uns cortes ali ao pé da casa do Sr. António Henrique, estamos à espera que chegue o verão porque nesta altura pôr massas é muito complicado, e estamos também a pedir às Estradas de Portugal no sentido se podemos ou não fazer ali uma lombada com passadeira para que se diminua a velocidade, estamos a ver essa situação nesse sentido. Nas piscinas, obviamente que houve aquele corte por causa de fazer uma ligação a uma casa que ali está, e obviamente vamos pondo lá saibro. Obviamente, não nos agradam nada essas situações. Quanto à questão levantada pela senhora membro Maria Merênciã Machado em apoiarmos ou não a Santa Casa da Misericórdia no sentido de continuar com o ATL. A questão que aqui se coloca é a racionalização de custos, é só essa a questão, o que eu disse sempre é que sendo a iniciativa privada, e o que nós fizemos foi apoiar em função do número de alunos que tinham. Repito, a Santa Casa da Misericórdia se por iniciativa dela quiser manter o serviço pode mantê-lo como mantêm outras Santas Casas da Misericórdia. Eu vi há dias o senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Bragança vir a público dizer que provavelmente vai ter que fechar alguns jardins-de-infância porque não são viáveis. Porque não têm outro tipo de apoio e porque há menos crianças, se houvesse muitas crianças e não houvesse condições, obviamente que isso tinha de ser feito. Agora percebiam que não há aqui nenhuma atitude de não querer apoiar, disse ao de Argozelo que assumimos, com este regulamento, tudo. Quem nos dera a nós que fossem os outros a querer fazer, agora quando nós temos que assegurar, e temos que assegurar porque há pais que o

exigem, acho que faz sentido assegurarmos essa oferta. Nada impede outras instituições de o quererem fazer, eu sei que é mais difícil por causa da rentabilidade, mas quando me diz que vão três pessoas para o desemprego, não é com mil euros que a câmara dá mensalmente que se mantêm três pessoas, se calhar em vez de manter três pode manter menos, isso é uma gestão da Santa Casa. Agora não é nada contra, é uma questão de rentabilização de recursos e de prestar estes serviços, nós não temos nada contra. As pessoas têm de perceber isto, temos de racionalizar custos, quer dizer estão-nos a pedir para apoiar A, B, C, é só apoiar, nós temos também de fazer contenção, o serviço é assegurado é um serviço, como disse bem, público. Se a instituição, por sua iniciativa, quiser manter o serviço deve mantê-lo. O que eu estou a dizer é que não vou financiar nem esta Santa Casa nem o Lar de Argozelo, também não vou financiar o Lar de Argozelo vamos assegurar nós. É essa a questão que está em cima da mesa. Relativamente ao tanque da praça, é assim: aquele tanque tem sempre água pública, água de consumo humano e obviamente, olhe nós aqui nestes repuxos que estão aqui vamos lá plantar jardim, por causa das bombas, aquela água tem de ter uma bomba para estar sempre a funcionar. Nós pagamos muito dinheiro para ter estas bombas a funcionar. Para podermos fazer outro tipo de intervenção política, na área social, nesta e naquela, temos que reduzir custos noutras áreas. Sei que o tanque no verão faz mais sentido tê-lo ligado. O problema agora é que é preciso lá ter uma bomba porque a água tem de estar em movimento senão a água fica pior do que está, é mosquitos, é verde, é tudo, ainda por cima é água que vem da rede pública. Se fosse uma água de nascente que entrasse e saísse, mas é água da rede pública que está ali, que depois alguma tem que sair. Como sabe estava sempre a torneira a correr, são gastos excessivos e as pessoas, percebo às vezes que não tenham esse conhecimento, mas têm que perceber. Já que falou da iluminação quero dar-lhes conhecimento que foi feita uma candidatura pela Associação de Municípios da Terra Fria, penso que todos os municípios aderiram, para a eficiência energética, substituição das lâmpadas convencionais por lâmpadas leds e vamos substituir muitas lâmpadas no concelho. A informação que temos é que foi aprovada e tem que estar finalizada até dezembro, Angueira, Avelanoso, não sei se é Vale de Frades, S. Joanico é de certeza, e depois as avenidas de Carção, Santulhão, mesmo aqui há uns bair-

ros de Vimioso onde se gasta mais, e portanto vamos substituir pelas lâmpadas leds. Oxalá que no próximo quadro comunitário haja mais financiamentos para nós podermos substituir. Porque por exemplo, o que antes recebíamos da renda da EDP por causa das redes elétricas chegava para pagar a iluminação pública, hoje não chega, ainda há dias discutimos isto na reunião de câmara o dinheiro não estica. As solicitações são cada vez mais e o dinheiro não aumenta. Aumentaram-nos o FEF mas temos que pôr no Fundo de Apoio Municipal, o que é que aumentaram, não aumentaram nada, diminui, na prática diminui. Temos de ter algum cuidado nesta gestão, na certeza que temos que trabalhar com todos e, como dizia, a política é a arte do possível. Não conseguimos fazer tudo ao mesmo tempo, agora acho é que temos que definir prioridades, é isso que procuramos fazer estamos à espera que outras candidaturas que fizemos possam vir aprovadas, ainda não temos a decisão, se eu soubesse que estavam aprovadas começava já as obras. Mas temos que estar bem conscientes, só podemos fazer a obra quando temos o dinheiro para a fazer, na certeza que estaremos sempre disponíveis para colaborar". -----

----- Usou da palavra o senhor membro Jorge Fernandes. Disse:" Não podia deixar de fazer um comentário, a respeito da forma como o membro António Santos se dirigiu ao Vereador do Partido Socialista, a forma como interpelou o vereador do Partido Socialista, confesso que não o reconheci, tenho-o como um político experiente e a forma como falou ali ao vereador do Partido Socialista não me parece a mais apropriada e a mais correta, mas enfim é uma opinião pessoal. Relativamente a outro assunto pergunto ao senhor Presidente da Câmara e à CIM se já estão a efetuar algum trabalho no seguimento daquela participação em França de produtos portugueses, é uma feira que vai ser realizada na última semana de Março em Nanterre. O ano passado foi dito aqui que haveria no próximo ano prioridade para outras empresas e para outros municípios. Pergunto-lhe se está a ser feito algum trabalho nesse sentido, se há outros municípios que já estão com inscrições formalizadas, mas não havendo se em Vimioso há ou não há alguma empresa inscrita para poder beneficiar do apoio da CIM. Acho que é um bom apoio, é uma iniciativa que na minha opinião deve ser continuada e claro dar oportunidade a outras empresas que não participaram o ano passado, que participem este ano, porque de certa maneira também é uma medida que promove e divulga o concelho. O ano passado

estavam empresas do concelho de Bragança, Vimioso e Vinhais integradas no stand da CIM, bem sei que este ano a prioridade será para outros concelhos. Mas, se porventura não for dado nenhum apoio a outros concelhos e se houver eventualmente alguma empresa interessada no concelho, pois que não se esqueçam e lutem por isso”. -----

----- Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara. Disse:” Só referir que, é por isso que eu costumo dizer que devemos apanhar as oportunidades no primeiro momento que elas aparecem. Portanto eu tinha-lhes dito que na altura me ofereci logo para ser Vimioso, este ano na CIM ainda não se falou nada, não se concorda muito, para já, com esse tipo de promoção. Eu disse-lhe na altura que a CIM estava a pensar ser ela própria a organizar, só por ela. Mas também disse na altura, recordo-me destas palavras, que nós não podemos apoiar individualmente os empresários mas, se uma associação comercial ou se uma associação de produtores estiver disponível e nos quiser dizer, que estávamos disponíveis nestes pressupostos. Qual é a ajuda? Aquilo é caro, o espaço é muito caro, e depois é evidente que os empresários, os comerciantes ainda têm que pagar a deslocação agora, era uma questão de verificar. Eu disse que estávamos abertos, mas tem que ser encontrada uma solução via uma associação. Não posso estar a apoiar diretamente um espaço, e também não posso estar a dizer como é que eu vou alugar um espaço, câmara, lá na associação e depois, quer dizer o que é que eu levo para lá da câmara? Antes era a CORANE, começou por ser a CORANE, o ano passado foi através da CIM e não sabendo muito bem o que podia vir a ocorrer, houve essa oportunidade. A câmara, sempre o disse, está disponível para colaborar ou com a associação comercial com um projeto que seja credível, que seja bem elaborado no sentido de se poder participar. Agora o que foi dito na CIM até porque estamos a desenvolver, já foi aprovado o estudo prévio sobre a promoção e valorização do território ligado ao marketing. Como sabem o secretário executivo da CIM o Eng.º Rui Caseiro até tem alguma experiência nessas áreas de organização de feiras. O município está sempre aberto. Já agora senhor Presidente só uma informação, penso que já viram na comunicação social acho que é bom para a região e em particular para o nosso distrito, é sempre mais fácil termos lá o nosso conterrâneo, foi eleito para vogal da comissão diretiva do Programa Operacional Norte, isto é, para gerir os próximos sete anos de Fundos Comuni-

tários, foi eleito na Associação Nacional de Municípios o Eng.º Jorge Nunes. Acho que é bom para a região e é bom para o distrito. É uma pessoa que nós conhecemos. Estaríamos à vontade com qualquer outro como estivemos com o Eng.º Carlos Duarte que foi excelente, excepcional, foi reconhecido por todos os municípios”. -----

----- **Ponto Três) – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA.** -----

----- Não houve intervenções. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário da Assembleia Municipal

O Segundo Secretário da Assembleia Municipal
